

Panorama econômico

Brasilêno - CCI

264

BRASIL PANORAMA ECONÔMICO

I - NOTA PRÉVIA

É difícil sintetizar as dificuldades econômicas que o país vem enfrentando nos últimos anos. Não é possível fazer aqui uma análise exaustiva dos múltiplos aspectos que nos fizeram chegar ao "CAOS" atual. Nos limitaremos portanto, a destacar através de ilustrações (recortes de jornais e revistas) os fatos que nos parecem cruciais para explicar as características básicas e os reflexos da "nova" política econômica empregada pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, na sociedade brasileira.

II - UM POUCO DE HISTÓRIA

Foi na área da economia, a intervenção mais contundente do novo governo na vida nacional. Na reta final da gestão do Ex-Presidente José Sarney, a situação era caótica. A inflação atingiu 72,78% em fevereiro de 1990, segundo o IBGE; e a acumulada nos doze meses chegava a nada menos de 2.751,34%. Faltava álcool nos postos e, em todo o país, o clima era de incertezas.

Ao assumir (março de 1990), Collor tomou medidas bombásticas. Bloqueou contas e aplicações financeiras em toda a rede bancária nacional, confiscando uma enorme massa de dinheiro (para muitos um ato inconstitucional). Até a moeda mudou de nome, de cruzado voltou a se chamar cruzeiro.

Ainda em maio do mesmo ano a Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello autorizou a liberação de preços congelados desde o pacote de março, mantendo alguns produtos (remédios, veículos e fertilizantes) sob controle do Governo.

O brasileiro, atônito, foi bombardeado com quatro diferentes índices inflacionários, desde os 3,29% verificados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo, até os 22,29% exibidos pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE).

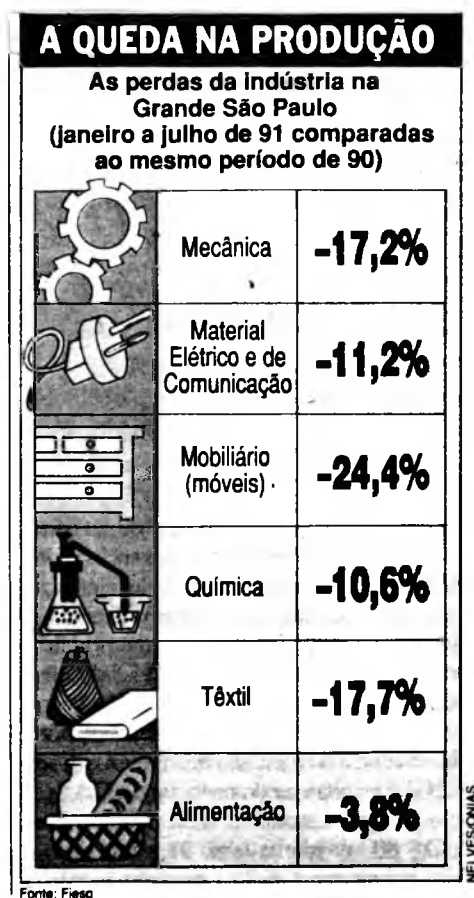
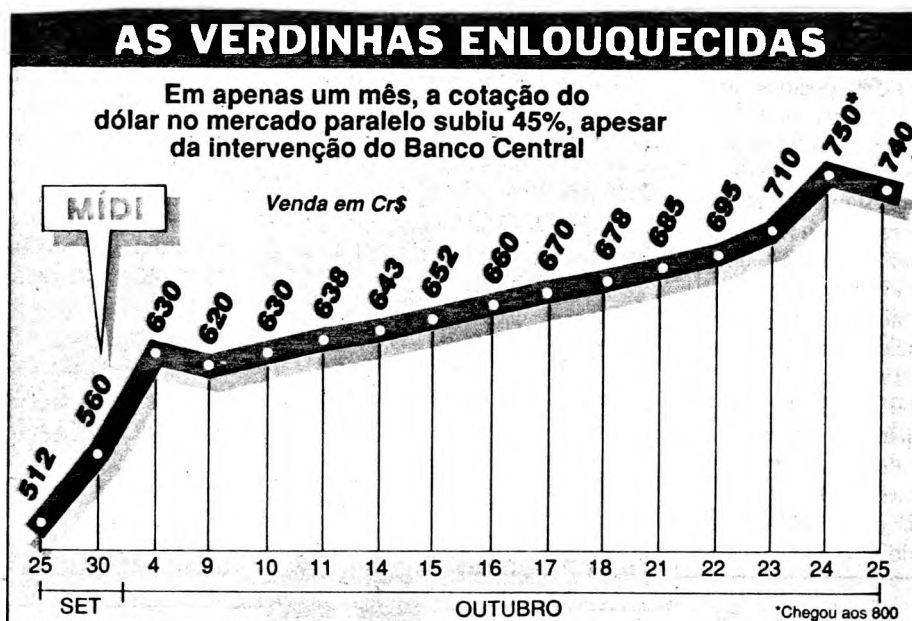
O primeiro semestre de 1990 teve momentos dramáticos na área trabalhista. As manifestações, as greves e, em muitos casos, os confrontos violentos eclodiram pelo país inteiro e em todas as categorias profissionais, dos petroleiros aos professores. Em julho, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) informou que as empresas paulistas haviam demitido 170.290 trabalhadores nos primeiros seis meses do ano - número recorde desde 1981. Os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), promoveram a mais longa paralisação em toda a história da empresa. Em todas as regiões metropolitanas do país, o desemprego atingiu índices não registrados pelo IBGE desde 1985.

Estamos agora no final de 1991, olhando para os pontos acima transcrito percebemos com tristeza que o quadro não se modificou, ou melhor, a população está cada dia que passa sendo altamente afetada e massacrada por uma burguesia que alcançou a sua plenitude com classe exploradora e que ainda detêm o poder político.

O grau de concentração da renda, resultado da política econômica em curso, longe de conduzir, gradualmente, a uma redistribuição mais eqüitativa da riqueza e das oportunidades econômicas, produz ao contrário, uma forte acentuação de sua concentração.

EM ESTADO DE CHOQUE

A máxi promovida pelo governo deixa o País espantado à espera de um novo plano econômico.



III - MANCHETES DE JORNAIS

ECONOMISTAS CONCORDAM QUE JÁ HÁ HIPERINFLAÇÃO

"O Brasil já está na hiperinflação", afirmou o economista Gustavo Franco, 35, professor da PUC do Rio e um estudioso desse processo econômico. Segundo ele, "o clima de desespero em que o país se viu mergulhado nos últimos dias é típico da híper."

Ele vê semelhanças no processo do Brasil com o das hiperinflações ocorridas na União Soviética (1923), china (1946) e Alemanha (1923). Como pontos comuns ele aponta as economias grandes e fechadas, que não se dolarizam.

"O pior dos cenários está sendo previsto para novembro", disse o economista Carlos Antonio Leque. Com a alta dos juros e dos preços e a queda do consumo e da produção, deverá crescer o desemprego.

MÁXI PROVOCARÁ ELEVAÇÃO NAS TARIFAS PÚBLICAS

O ajuste nos preços deverá atingir combustíveis, energia elétrica, correios, serviços telefônicos e aço.

OS ALVOS DO TARIFAÇO		
SETOR	AUMENTO	
 Energia elétrica	35%	
 Combustíveis	20%	
 Telecomunicações	40%	
 Correios	25%	

Fonte: Revista ISTO É SENHOR
Política e Economia
09.10.1991

GOVERNO FIXA EM 16% ANTECIPAÇÃO BIMESTRAL DE SALÁRIOS EM SETEMBRO

"Os empregados terão direito à antecipação da parcela dos salários até três mínimos (Cr\$ 126 mil). Assim, os trabalhadores dessas datas-base que tinham um salário até Cr\$ 126 mil em agosto terão uma antecipação de 16% em setembro. O abono não é incorporado. Salários acima de Cr\$ 126 mil recebem uma antecipação de Cr\$ 20.160 fixos.

A antecipação bimestral não atinge o salário mínimo de Cr\$ 42 mil, deverá ficar congelado até dezembro.

COMO SERÃO REAJUSTADOS OS SALÁRIOS

(Reajuste da parcela do salário até três mínimos)

Sel/jan/mar	Antecipação bimestral de 16%		Antecipação bimestral		INPC sel/dez menos antec.		Antecipação bimestral	
Out/fev/abr		INPC sel/abr		Antecipação bimestral		INPC out/jan menos antec.		Antecipação bimestral
Nov/mar/jul	Antecipação bimestral de 16%		INPC sel/out menos antec.		Antecipação bimestral		INPC nov/fev menos antec.	
Dez/abr/ago		Antecipação bimestral		INPC sel/out/nov menos antec.		Antecipação bimestral		INPC dez/mar menos antec.
Salário mínimo	Cr\$ 42 mil				INPC sel/dez			

Obs: as antecipações bimestrais não podem ser inferiores a 50% do INPC acumulado no bimestre. A parcela dos salários acima de três mínimos tem livre negociação.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo
17.09.1991 (Terça-feira)

AMÉRICA LATINA VOLTA A CRESCER DIZ ESTUDO

Nos anos 90 deve acontecer a recuperação da América Latina, diz um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a ser divulgado em Washington (04.11.91). É o mais completo sobre a região. Aponta as reformas no México, Chile e Venezuela com base para o crescimento desses países. Brasil e Argentina são citados como países onde há incertezas. (grifei)

PIB PER CAPITA NA AMÉRICA LATINA					
Em US\$ por ano					
País	1981	1990 *	País	1981	1990 *
Argentina	3.286	2.623	Honduras	991	880
Bahamas	8.668	9.902	Jamaica	1.352	1.401
Barbados	5.506	5.836	México	2.269	1.980
Bolívia	1.112	870	Nicaragua	922	505
Brasil	2.252	2.169	Panamá	2.335	1.938
Colômbia	1.226	1.416	Paraguai	1.575	1.493
Costa Rica	1.678	1.677	Peru	1.846	1.312
Chile	2.325	2.451	Rep. Dominicana	771	716
Equador	1.384	1.249	Suriname	4.401	3.648
El Salvador	1.177	1.091	Trinida e Tobago	6.526	4.195
Guatemala	1.061	892	Uruguai	1.093	2.921
Guiana	768	553	Venezuela	3.691	3.038
Haiti	415	324	América Lat. **	2.161	1.946

*Estimativas / **Média / Fonte: BID

Fonte: Jornal Folha de São Paulo
04.11.91 (Segunda-feira)

Estudo aponta redução da classe média

Pesquisadores paulistas concluíram que as classes A, B e C correspondem a 42% dos consumidores e não a 64%

NELSON BLECHER
Da Reportagem Local

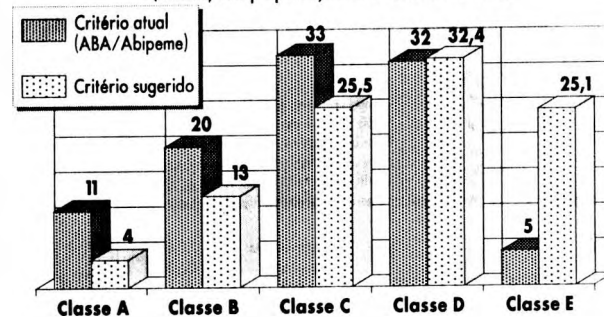
O tamanho da classe média brasileira vem sendo superestimado nos últimos anos, afirma um estudo realizado pela dupla de pesquisadores paulistas Pergentino Mendes de Almeida, da LPM/Burke e Hilda Wickerhauser, da Marplan.

A classe A, por exemplo, formada pela nata de consumidores que adquirem bens sofisticados — como automóvel, videocassete e grifes da moda — não ultrapassaria 4% da população dos nove principais centros urbanos do país. Estimativas baseadas na metodologia conhecida por Aba-Abipeme, que vem sendo empregada há 12 anos pelos institutos de pesquisa de mercado, apontam um contingente de 11%.

"O critério Aba-Abipeme proporciona um quadro distorcido da realidade social brasileira, mostrando as classes A, B e C maiores do que elas realmente são", afirma o estudo, cuja divulgação acendeu uma polêmica nos meios publicitários. "Em contrapartida, subestima dramaticamente a classe E, a classe muito pobre, que é uma

COMO É A DISTRIBUIÇÃO DE CLASSES NO BRASIL

(em %, da população de 15 a 65 anos)



Fonte: Estudo de Pergentino Mendes de Almeida e Hilda Wickerhauser

massa ponderável da sociedade brasileira e não simplesmente um 'lumpenproletariat' minoritário, como se supunha", acrescenta.

Embora a diretoria da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme) já tenha se manifestado pela permanência do critério adotado atualmente, por considerá-lo "consistente e adequado", conforme seu presidente Nelson

Marangoni, uma assembléia foi convocada para o próximo dia 27, quando os 40 membros da entidade vão debater e votar pela manutenção ou revisão da metodologia.

O sistema proposto revela uma configuração da classe E cinco vezes maior, enquanto o conjunto da classe média (A, B e C) declina de 64% para somente 42% dos consumidores entre 15 e 65 anos. Isso explica, segundo Almeida, a

pujança dos números e cifras que envolvem as vendas de produtos populares, como discos de cantores sertanejos.

Ele afirma que discrepâncias existentes entre as projeções esprelhadas em pesquisas e a real potencialidade de determinados segmentos do mercado brasileiro vêm suscitando reclamações de clientes dos institutos há pelo menos cinco anos. Para exemplificar, conta que recentemente uma indústria do setor alimentício lançou um determinado produto para a classe A, mas em seguida foi obrigada a recolher as embalagens das gôndolas, por falta de demanda.

A divergência entre os dois sistemas gira em torno da pontuação que resulta na identificação das classes sociais. O estudo propõe, entre os dez itens a serem pesquisados, a inclusão de posse de número de aparelhos de TV em cores, videocassete e geladeira.

Marangoni admite que a estagnação da renda per capita em torno de US\$ 2 mil reforça as suspeitas sobre um suposto crescimento do contingente da classe A, o que não invalidaria o critério Aba-Abipeme. "Depende do ponto de corte (estatístico) que se use".

No país, renda está mais concentrada

Da Reportagem Local

Favorável à revisão do atual critério estabelecido para a identificação das classes sócio-econômicas, Natale Danelli, diretor da Alpha Assessoria e Pesquisa, concorda que as pesquisas de mercado têm retratado um "falso enriquecimento" da maioria dos consumidores brasileiros.

Na verdade, diz Danelli, com base em estudo sobre potencialidade de consumo feito pela Alpha, verifica-se uma concentração da renda no topo da pirâmide.

Segundo esse estudo, entre 1975 e 87, a participação da faixa de consumidores que ganham acima de 20 salários mínimos mensais (cerca de Cr\$ 460 mil) na renda nacional cresceu de 14% para 30%. No mesmo período, a participação da faixa que percebe entre dez e vinte salários mínimos declinou de 32% para 23%.

Danelli concorda também com a constatação de que o

contingente da classe A tem sido superestimado. "Basta citar que em 1975 ele representava apenas 1,5% dos consumidores. Suspeito que, na realidade, o número deveria ser menor", afirma.

"O grande problema consiste em selecionar itens de consumo capazes de discriminar as classes sociais", opina o estatístico Moyses Kessel, gerente de estudos de pesquisas de mercado da Listel.

Kessel é membro de uma comissão da Sociedade Brasileira de Pesquisas de Mercado que apresentou sugestões para que o próximo censo do IBGE passe a incluir nos questionários a posse de alguns bens, como por exemplo automóveis, aparelho de TV em cores, aspirador e tipo de geladeira do domicílio.

"Pela primeira vez, pode-se realizar um estudo melhor sobre a divisão das classes no Brasil", afirma Marangoni, presidente da Abipeme. (NB)

COMENTÁRIOS FINAIS

Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.

De forma ainda mais acentuada do que nos anos 30, esses defeitos têm se acentuado na economia brasileira dos anos 80 e 90.

A solução civilizada está em se resolver ao mesmo tempo o problema do crescimento auto-sustentado com a melhoria da distribuição da renda , isto permitirá se alcançar a justiça com liberdade.